

P. 55/2015

PN

----- CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA RECURSO DA DECISÃO DE RECUSA DE VISTO PELO TRIBUNAL DE CONTAS NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO/AMPLIAÇÃO DO ESTÁDIO JOÃO CARDOSO. --

----- No dia vinte e nove do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Concelho, compareceram comigo Artur Ferreira Gonçalves, na qualidade de Oficial Público da Câmara Municipal de Tondela, os seguintes outorgantes: -----

-----PRIMEIRO-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na Freguesia e Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela, outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680, por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----SEGUNDO-----

----- Rui Pedro Costa Melo Medeiros, casado, natural da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, Concelho de Lisboa, com o NIF 136 068 995 e o cartão de cidadão número 04720428, válido até 05/06/2018, emitido pela República Portuguesa e Mark Andrew Bobela-Mota Kirkby, divorciado, natural da Freguesia de São Sebastião da Pedreira, Concelho de Lisboa, com o NIF 204 050 278 e o cartão de cidadão número 09887011, válido até 22/01/2016, emitido pela República Portuguesa, ambos com domicílio profissional na Rua Garrett, nº 64 – Lisboa, com poderes para outorgarem em representação da Sérvulo & Associados – Sociedade de Advogados, R.L., com o NIPC 504 344 285 e sede na Rua Garrett, nº 64 – Lisboa, conforme verifiquei por Certidão de Registo de inscrição da Sociedade de Advogados no Conselho Geral da Ordem dos Advogados sob o número treze barra

Livro: 20-A

Folha: 73

\_\_\_\_\_ *Ass* *M*  
*mm*

noventa e nove, que arquivo sob o número um e por cópia dos Estatutos da Sociedade, que arquivo sob o número dois. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a dos segundos outorgante pela exibição dos mencionados documentos de identificação. -----

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 23/12/2015, que arquivo sob o número três, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada na mesma data, à Sociedade aqui representada pelos segundos outorgantes e após procedimento por Ajuste Direto, a Assessoria Jurídica para recurso da decisão de recusa de visto pelo Tribunal de Contas no âmbito da Empreitada de Requalificação/Ampliação do Estádio João Cardoso, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base, datada de 22/12/2015, que arquivo sob o número quatro. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 23-12-2015, que arquivo sob o número cinco. -----

----- O valor da presente adjudicação é de vinte mil euros, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- O preço referido no parágrafo anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público. -----

----- O prazo de duração é de trezentos e sessenta e cinco dias, com início na data da assinatura do presente contrato. -----

----- São obrigações do adjudicatário, as constantes no artigo 7º do Caderno de Encargos, que arquivo sob o número seis. -----

\_\_\_\_\_ *Am* *TV*  
*pr*

----- O objeto principal do presente Contrato é a Assessoria Jurídica para recurso da decisão de recusa de visto pelo Tribunal de Contas no âmbito da Empreitada Requalificação/Ampliação do Estádio João Cardoso, compreendendo a prestação de serviços de assessoria jurídica e parecer juriconsulto e prestação de serviços de assessoria jurídica na conceção e implemento de soluções jurídicas alternativas. ----

----- Que o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias após a receção pela Câmara Municipal das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. -----

----- Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----

----- A faturação deverá mencionar a denominação do concurso e número sequencial de compromisso. -----

----- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, os contraentes podem resolver o presente Contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Prestações de Serviços, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Pelos segundos outorgantes foi dito que aceitam para a Sociedade que aqui representam, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte



Am PS  
PN

integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de vinte e três por cento, no montante de quatro mil e seiscentos euros, é de vinte e quatro mil e seiscentos euros. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, depois de rubricados, os seguintes documentos:-----

----- Documento número sete: Certidão emitida em vinte e nove de Outubro de dois mil e quinze pelo Serviço de Finanças de Lisboa 3, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número oito: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em vinte e dois de Outubro de dois mil e quinze, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 02-02-14, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 18562/2015, datado de 23/12/2015. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, que esta prestação de serviços terá execução no corrente ano e seguinte. -----

----- Assim o disseram.-----

----- O presente contrato foi lido aos outorgantes e explicado o seu conteúdo, na presença de todos os intervenientes. -----

Livro: 20-A

Folha: 76

PA

-----O Primeiro Outorgante: Jose Antonio Gomes de Jesus.

-----O Segundo Outorgante: Rui Carlos Costa Reis Roden

fla h m

-----O Oficial Público: 